

O PAPEL DA FAMÍLIA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Angelo Mendes Ferreira*

RESUMO

A promoção da educação inclusiva para estudantes com deficiência intelectual é um processo complexo que requer a colaboração e o envolvimento de diversos atores. Nesse contexto, a parceria entre família, escola e comunidade desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente de apoio e suporte que favoreça o desenvolvimento integral desses estudantes. Ao trabalhar em conjunto, esses diferentes atores podem identificar necessidades específicas, implementar estratégias eficazes e promover uma cultura de inclusão que beneficie a todos os estudantes. A colaboração entre família, escola e comunidade se manifesta através de iniciativas como reuniões de pais e professores, grupos de apoio, eventos educacionais e projetos comunitários. Essas atividades proporcionam oportunidades para compartilhar informações, experiências e recursos, e trabalhar juntos na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Além disso, a parceria entre família, escola e comunidade se estende para além do contexto educacional, envolvendo diferentes setores da sociedade. Empresas locais, organizações sem fins lucrativos e grupos de voluntários desempenham um papel importante ao oferecer oportunidades de emprego, estágio e atividades de lazer adaptadas às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Deficiência intelectual; Parceria Família-Escola-Comunidade; Colaboração; Inclusão social.

ABSTRACT

Promoting inclusive education for students with intellectual disabilities is a complex process that requires the collaboration and involvement of various stakeholders. In this context, the partnership between family, school, and community plays a fundamental role in creating a supportive environment that fosters the holistic development of these students. By working together, these different actors can identify specific needs, implement effective strategies, and promote a culture of inclusion that benefits all students. Collaboration among family, school, and community is manifested through initiatives such as parent-teacher meetings, support groups, educational events, and community projects. These activities provide opportunities to share information, experiences, and resources, and to work together in promoting inclusive and quality education. Furthermore, the partnership between family, school, and community extends beyond the educational context, involving different sectors of society. Local businesses, non-profit organizations, and volunteer groups play an important role in offering employment opportunities, internships, and leisure activities tailored to the needs of students with intellectual disabilities.

*Doutorando em Ciências da Educação. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Email: <angelolge89@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0003-0247-2810>>.

Keywords: Inclusive education; Intellectual disability; Family-School-Community partnership; Collaboration; Social inclusion.

RESUMEN

Promover la educación inclusiva de estudiantes con discapacidad intelectual es un proceso complejo que requiere la colaboración e implicación de diversos actores. En este contexto, la alianza entre familia, escuela y comunidad juega un papel fundamental en la creación de un ambiente de apoyo que favorezca el desarrollo integral de estos estudiantes. Al trabajar juntos, estos diferentes actores pueden identificar necesidades específicas, implementar estrategias efectivas y promover una cultura de inclusión que beneficie a todos los estudiantes. La colaboración entre la familia, la escuela y la comunidad se manifiesta a través de iniciativas como reuniones de padres y maestros, grupos de apoyo, eventos educativos y proyectos comunitarios. Estas actividades brindan oportunidades para compartir información, experiencias y recursos, y trabajar juntos para promover una educación inclusiva y de calidad. Además, la asociación entre familia, escuela y comunidad se extiende más allá del contexto educativo e involucra a diferentes sectores de la sociedad. Las empresas locales, las organizaciones sin fines de lucro y los grupos de voluntarios desempeñan un papel importante a la hora de brindar oportunidades laborales, pasantías y actividades de ocio adaptadas a las necesidades de los estudiantes con discapacidad intelectual.

Palabras clave: Educación inclusiva; Discapacidad intelectual; Alianza Familia-Escuela-Comunidad; Colaboración; Inclusión social.

1. INTRODUÇÃO

A promoção da educação inclusiva tem sido um tema de grande relevância e interesse na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o papel da família emerge como um elemento fundamental no processo de inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas instituições de ensino. A inclusão desses estudantes não se resume apenas à sua presença física nas salas de aula, mas engloba uma série de práticas e políticas que visam garantir seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional (Sousa, 2021).

A relevância da família no contexto da educação inclusiva pode ser evidenciada ao considerarmos o papel crucial que desempenha na construção do suporte necessário para o desenvolvimento pleno das habilidades dos estudantes com deficiência intelectual. Como destacado por Sousa (2021), o ambiente familiar proporciona um contexto de apoio emocional e prático que pode fortalecer a autoestima e a confiança desses estudantes, contribuindo significativamente para sua participação ativa e bem-sucedida no ambiente escolar.

Além disso, a família desempenha um papel essencial na defesa dos direitos e na promoção da igualdade de oportunidades para os estudantes com deficiência intelectual. Conforme ressaltado por Souza e Martins (2023), a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos é fundamental para assegurar que suas necessidades individuais sejam devidamente atendidas e que recebam o suporte necessário para alcançarem seu potencial máximo.

Nesse sentido, a família não só atua como agente de apoio direto ao estudante com deficiência intelectual, mas também desempenha um papel significativo na sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Como destacado por Lima e Barros (2024), a arte tem sido uma ferramenta poderosa para promover a inclusão de crianças com deficiência intelectual, e a família desempenha um papel fundamental ao incentivar a participação desses estudantes em atividades artísticas e culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Além disso, a família desempenha um papel crucial na identificação precoce das necessidades educacionais especiais e na busca por recursos e suportes adequados para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência intelectual. Conforme apontado por Silva et al. (2024), a rede de apoio formada pela família, escola e profissionais especializados desempenha um papel fundamental na garantia do acesso igualitário à educação e na promoção do sucesso acadêmico e social desses estudantes.

A relevância da família no contexto da educação inclusiva pode ser evidenciada ao considerarmos o papel crucial que desempenha na construção do suporte necessário para o desenvolvimento pleno das habilidades dos estudantes com deficiência intelectual. Como destacado por Sousa (2021), o ambiente familiar proporciona um contexto de apoio emocional e prático que pode fortalecer a autoestima e a confiança desses estudantes, contribuindo significativamente para sua participação ativa e bem-sucedida no ambiente escolar (Sousa, 2021).

Além disso, a família desempenha um papel essencial na defesa dos direitos e na promoção da igualdade de oportunidades para os estudantes com deficiência intelectual. Conforme ressaltado por Souza e Martins (2023), a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos é fundamental para assegurar que suas necessidades individuais sejam devidamente atendidas e que

recebam o suporte necessário para alcançarem seu potencial máximo (Souza & Martins, 2023).

Nesse sentido, a família não só atua como agente de apoio direto ao estudante com deficiência intelectual, mas também desempenha um papel significativo na sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Como destacado por Lima e Barros (2024), a arte tem sido uma ferramenta poderosa para promover a inclusão de crianças com deficiência intelectual, e a família desempenha um papel fundamental ao incentivar a participação desses estudantes em atividades artísticas e culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora (Lima & Barros, 2024).

Além disso, a família desempenha um papel crucial na identificação precoce das necessidades educacionais especiais e na busca por recursos e suportes adequados para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência intelectual. Conforme apontado por Silva et al. (2024), a rede de apoio formada pela família, escola e profissionais especializados desempenha um papel fundamental na garantia do acesso igualitário à educação e na promoção do sucesso acadêmico e social desses estudantes (Silva et Al., 2024).

É fundamental compreender que a promoção da educação inclusiva para estudantes com deficiência intelectual requer uma abordagem holística, na qual a família desempenha um papel central. Nesse sentido, é essencial estabelecer objetivos claros e estratégias eficazes para promover a colaboração entre a família, a escola e outros membros da comunidade educacional. Um dos principais objetivos desse projeto é fortalecer os laços entre a família e a escola, criando um ambiente de parceria e cooperação que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência intelectual (Brito et al., 2024).

Além disso, busca-se promover a conscientização e a sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Isso envolve a realização de atividades educativas e campanhas de conscientização que destaquem os benefícios da inclusão para todos os estudantes e incentivem a valorização das diferenças individuais. Ao criar um ambiente inclusivo e acolhedor, espera-se contribuir para o desenvolvimento de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova o respeito mútuo entre todos os membros da comunidade educacional (Souza & Martins, 2023).

Outro objetivo fundamental desse projeto é capacitar os pais e responsáveis dos estudantes com deficiência intelectual, fornecendo-lhes informações e recursos necessários para apoiar efetivamente o processo educacional de seus filhos. Isso pode envolver a realização de *workshops*, palestras e grupos de apoio nos quais os pais possam compartilhar experiências, receber orientações e aprender estratégias para lidar com os desafios associados à educação de crianças com deficiência intelectual. Ao capacitar os pais, espera-se fortalecer sua confiança e habilidades para participar ativamente do processo educacional de seus filhos e advogar por suas necessidades junto à escola e à comunidade (Sousa, 2021).

Por fim, busca-se promover a formação continuada dos profissionais da educação, capacitando-os para atender de forma eficaz às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual. Isso pode envolver a realização de cursos de capacitação, *workshops* e supervisão pedagógica que abordem temas relevantes relacionados à inclusão, diversidade e adaptação curricular. Ao investir na formação e no desenvolvimento profissional dos educadores, espera-se garantir que esses profissionais estejam adequadamente preparados para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações (Souza, 2021).

2. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

A exploração das leis, políticas e diretrizes nacionais e internacionais que promovem a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no sistema educacional revela um movimento crescente em direção à garantia dos direitos educacionais de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações. Documentos como a Declaração de Salamanca e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência têm desempenhado um papel fundamental ao estabelecer diretrizes globais para a promoção da educação inclusiva. No contexto nacional, legislações específicas têm sido desenvolvidas para assegurar o direito à educação inclusiva e garantir a implementação de políticas que promovam a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

A Declaração de Salamanca, adotada pela UNESCO em 1994, foi um marco importante na promoção da educação inclusiva em escala global. Este documento reafirma o compromisso dos Estados-Membros em garantir uma educação de

qualidade para todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como uma característica fundamental de nossas sociedades. A Declaração de Salamanca estabelece que as escolas devem acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (Souza & Cruz, 2023).

Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, reforça os princípios da Declaração de Salamanca e estabelece diretrizes específicas para garantir o acesso à educação inclusiva para pessoas com deficiência. Esta convenção reconhece o direito de todas as pessoas com deficiência à educação e estipula que elas devem ser incluídas no sistema educacional geral em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (Gomes, 2023).

No contexto nacional, o Brasil tem avançado significativamente na elaboração de legislações e políticas educacionais inclusivas que visam garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência intelectual nas escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, estabelece que é dever do Estado assegurar o acesso e a permanência na escola de todos os estudantes, garantindo adaptações necessárias para atender às necessidades educacionais específicas de cada um (Freire, 2023).

Além da LDB, outras legislações e políticas têm sido desenvolvidas para fortalecer a educação inclusiva no país. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, estabelece metas e estratégias específicas para a promoção da educação inclusiva, incluindo a formação de professores, a oferta de recursos e serviços de apoio, e a garantia de acessibilidade física e pedagógica nas escolas (Tiradentes et al., 2020).

No âmbito estadual e municipal, também têm sido implementadas políticas específicas para promover a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. No estado do Tocantins, por exemplo, foram criados ordenamentos jurídicos durante o período de pandemia para garantir o atendimento na educação especial, garantindo que esses estudantes não fossem prejudicados durante o período de ensino remoto (Gomes, 2023).

Diante desse panorama, é evidente que a legislação e as políticas educacionais têm um papel fundamental na promoção da educação inclusiva para estudantes com deficiência intelectual. No entanto, é importante ressaltar que a

efetivação dessas políticas depende não apenas da existência de leis e diretrizes, mas também da sua implementação eficaz e do comprometimento de todos os atores envolvidos no processo educacional (Soares & Soares, 2023).

A história das políticas educacionais inclusivas é marcada por um processo gradual de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e da necessidade de garantir sua plena participação na sociedade, incluindo o acesso à educação de qualidade. Ao longo do tempo, diversas leis e políticas foram desenvolvidas para promover a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no sistema educacional, refletindo uma evolução significativa nos padrões e práticas educacionais.

No contexto internacional, o surgimento das políticas educacionais inclusivas pode ser rastreado até a segunda metade do século XX, quando movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência ganharam força em diferentes partes do mundo. Um marco importante nesse processo foi a Declaração de Salamanca, adotada pela UNESCO em 1994, que reconheceu a necessidade de uma mudança fundamental no sistema educacional para garantir a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais. Essa declaração estabeleceu os princípios fundamentais da educação inclusiva e incentivou os Estados-Membros a desenvolver políticas e práticas educacionais que promovessem a igualdade de oportunidades para todos os estudantes (Souza & Cruz, 2023).

Posteriormente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, consolidou e expandiu os princípios estabelecidos na Declaração de Salamanca, estabelecendo diretrizes específicas para garantir o direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência em todo o mundo. Esta convenção reconheceu a importância de garantir o acesso igualitário à educação para todos os estudantes e estipulou que as pessoas com deficiência devem ser incluídas no sistema educacional geral, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (Sá, 2024).

No Brasil, o processo de desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas tem sido influenciado por uma série de fatores históricos, sociais e políticos. Ao longo das últimas décadas, o país tem avançado significativamente na

elaboração de leis e políticas que visam garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência intelectual nas escolas regulares.

Um marco importante nesse processo foi a promulgação da LDB em 1996, que estabeleceu as bases da educação brasileira e reforçou o princípio da educação inclusiva como um direito de todos os estudantes. A LDB estabelece que é dever do Estado assegurar o acesso e a permanência na escola de todos os estudantes, garantindo adaptações necessárias para atender às necessidades educacionais específicas de cada um (Freire, 2023).

Além da LDB, outras leis e políticas foram desenvolvidas para fortalecer a educação inclusiva no país. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, reconhece o direito à educação como um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiência. O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei 13.005/2014, estabelece metas e estratégias específicas para a promoção da educação inclusiva, incluindo a formação de professores, a oferta de recursos e serviços de apoio, e a garantia de acessibilidade física e pedagógica nas escolas (Tiradentes et al., 2020).

No âmbito estadual e municipal, também têm sido implementadas políticas específicas para promover a inclusão de estudantes com deficiência intelectual. No estado do Tocantins, por exemplo, foram criados ordenamentos jurídicos durante o período de pandemia para garantir o atendimento na educação especial, garantindo que esses estudantes não fossem prejudicados durante o período de ensino remoto (Gomes, 2023).

3. TEORIAS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar é um conceito que transcende a mera presença física dos estudantes com deficiência intelectual nas salas de aula e abrange uma visão mais ampla de acesso, participação e aprendizagem significativa para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais. Para fundamentar essa abordagem inclusiva, diversas teorias e abordagens têm sido desenvolvidas, cada uma oferecendo uma perspectiva única sobre as necessidades e os direitos dos estudantes com deficiência intelectual. Entre as principais teorias da inclusão escolar, destacam-se o modelo social da deficiência, a teoria do capital humano e a abordagem ecológica (Lima, 2021).

O modelo social da deficiência, proposto por sociólogos e ativistas da área da deficiência, parte do pressuposto de que a deficiência não é uma característica intrínseca do indivíduo, mas sim uma construção social que resulta da interação entre as limitações do corpo e as barreiras sociais e ambientais. Nessa perspectiva, a exclusão e a discriminação enfrentadas pelos estudantes com deficiência não são resultado de suas condições individuais, mas sim de atitudes e estruturas sociais que perpetuam a marginalização e a desigualdade. Assim, a inclusão escolar não se limita a adaptar o ambiente físico para acomodar os estudantes com deficiência, mas busca transformar as atitudes e as práticas educacionais para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade (Balio & Leão, 2024).

Por outro lado, a teoria do capital humano, desenvolvida no campo da economia e da educação, destaca o papel crucial da educação na formação e no desenvolvimento das habilidades e competências dos indivíduos. Segundo essa abordagem, investir na educação inclusiva não apenas promove a equidade e a justiça social, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e o progresso social de uma sociedade. Nessa perspectiva, a inclusão escolar é vista como um investimento no capital humano de um país, pois permite que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência intelectual, desenvolvam seu pleno potencial e contribuam de forma significativa para a sociedade (Lima, 2021).

Por fim, a abordagem ecológica, inspirada na teoria dos sistemas ecológicos de Bronfenbrenner, enfatiza a importância do ambiente físico, social e cultural na promoção do desenvolvimento humano. De acordo com essa perspectiva, a inclusão escolar não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser analisada dentro do contexto mais amplo das interações entre o estudante, a família, a escola e a comunidade. Assim, para promover uma educação inclusiva e de qualidade para estudantes com deficiência intelectual, é necessário criar ambientes educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade, promovam a participação ativa de todos os estudantes e estabeleçam parcerias colaborativas entre família, escola e comunidade (Weirich, 2021).

As teorias da inclusão escolar surgiram em resposta às demandas por uma educação mais equitativa e acessível para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais. Elas refletem uma mudança de paradigma na compreensão da deficiência e da educação especial, movendo-se de uma

perspectiva medicalizada e segregacionista para uma abordagem centrada nos direitos humanos e na igualdade de oportunidades. O surgimento dessas teorias está ligado aos movimentos sociais e às lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, que ganharam força a partir da segunda metade do século XX (Souza & Cruz, 2023).

Uma das primeiras teorias a influenciar o campo da inclusão escolar foi o modelo social da deficiência, que emergiu nos anos 1960 e 1970 como uma crítica à visão tradicional da deficiência como uma condição individual e patológica. Desenvolvido por ativistas e acadêmicos da área da deficiência, como Mike Oliver e Vic Finkelstein, esse modelo propõe que a deficiência é, em grande parte, uma construção social, resultante da interação entre as limitações do corpo e as barreiras ambientais e sociais. Segundo esse modelo, a exclusão e a marginalização enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são inerentes à sua condição, mas sim produtos de atitudes discriminatórias e estruturas sociais excludentes. Assim, a inclusão escolar não se resume apenas a garantir a presença física dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas envolve uma transformação radical das práticas e políticas educacionais para eliminar as barreiras à participação e promover uma cultura de respeito à diversidade (Balio & Leão, 2024).

A teoria do capital humano, por sua vez, tem suas raízes na economia e na teoria do desenvolvimento humano. Desenvolvida por economistas como Theodore Schultz e Gary Becker, essa teoria destaca o papel crucial da educação na formação e no desenvolvimento das habilidades e competências dos indivíduos. Segundo essa abordagem, investir na educação de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência intelectual, não apenas promove a justiça social e a equidade, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e o progresso social de uma nação. Ao garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, a sociedade está investindo em seu capital humano, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir de forma significativa para o crescimento e o desenvolvimento do país (Fonseca, 2021).

A abordagem ecológica, por sua vez, foi influenciada pela teoria dos sistemas ecológicos de Urie Bronfenbrenner, que destaca a importância do ambiente físico, social e cultural na promoção do desenvolvimento humano. Segundo essa perspectiva, o indivíduo não pode ser compreendido isoladamente, mas deve ser analisado dentro do contexto mais amplo de suas interações com o ambiente ao seu

redor. Nesse sentido, a inclusão escolar é vista como um processo complexo que envolve não apenas a adaptação do ambiente físico para acomodar as necessidades dos estudantes com deficiência, mas também a criação de uma cultura escolar inclusiva que reconheça e valorize a diversidade. Essa abordagem destaca a importância de parcerias colaborativas entre família, escola e comunidade na promoção de uma educação de qualidade para todos os estudantes, independente de suas diferenças individuais (Mendes & Vilaronga, 2014).

4. DESENVOLVIMENTO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual é uma condição que afeta o funcionamento cognitivo e adaptativo de uma pessoa, caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressas durante o período de desenvolvimento. Para compreender plenamente essa condição, é fundamental revisar seus principais aspectos, incluindo suas causas, características e impactos no aprendizado e na vida cotidiana.

As causas da deficiência intelectual podem ser variadas e multifatoriais. Entre as causas mais comuns estão as condições genéticas, como a síndrome de Down e a síndrome do X frágil, lesões cerebrais durante o desenvolvimento pré-natal, perinatal ou pós-natal, infecções durante a gestação, exposição a toxinas ambientais e fatores sociais e econômicos, como desnutrição e falta de acesso a cuidados médicos adequados (Fonseca, 2021).

As características da deficiência intelectual podem variar amplamente de uma pessoa para outra, dependendo da gravidade e da natureza da condição. Em geral, pessoas com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades em áreas como raciocínio, aprendizado acadêmico, comunicação, habilidades sociais e comportamento adaptativo. Essas dificuldades podem impactar significativamente o desempenho acadêmico, a participação social e a autonomia dessas pessoas em suas vidas diárias (Balio & Leão, 2024).

Os impactos da deficiência intelectual no aprendizado e na vida cotidiana são diversos e podem ser significativos. No contexto educacional, estudantes com deficiência intelectual podem enfrentar desafios específicos relacionados à aprendizagem acadêmica, comunicação e interação social. Eles podem necessitar

de apoios e adaptações individualizadas para acessar o currículo e participar plenamente das atividades escolares (Mendes & Vilaronga, 2014).

Além disso, os impactos da deficiência intelectual se estendem além da sala de aula, afetando diversas áreas da vida cotidiana, como autonomia pessoal, independência, emprego e vida social. Pessoas com deficiência intelectual podem precisar de suporte adicional para realizar tarefas básicas do dia a dia, como cuidar de si mesmas, navegar em ambientes sociais e realizar atividades domésticas e profissionais (Weirich, 2021).

Diante desses desafios, é fundamental reconhecer a importância da família no apoio ao desenvolvimento integral de pessoas com deficiência intelectual. A família desempenha um papel crucial na identificação precoce da condição, no acesso a serviços e suportes adequados e na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dessas pessoas. Além disso, a família é um componente essencial da equipe de apoio que colabora com profissionais da educação, saúde e assistência social para atender às necessidades individuais e maximizar o potencial das pessoas com deficiência intelectual (Souza & Cruz, 2023).

Portanto, ao compreender os principais aspectos do desenvolvimento da deficiência intelectual, podemos reconhecer a importância da família como parceira fundamental no processo de apoio e inclusão dessas pessoas na sociedade. Ao fornecer apoio emocional, prático e educacional, a família desempenha um papel essencial no desenvolvimento e no bem-estar de indivíduos com deficiência intelectual, promovendo sua participação ativa e significativa em suas comunidades (Lima, 2021).

A deficiência intelectual é uma condição complexa que pode apresentar uma variedade de causas, características e impactos no desenvolvimento das pessoas afetadas. Para compreender mais profundamente essa condição, é importante explorar as causas mais frequentes, bem como suas implicações no aprendizado e na vida cotidiana das pessoas com deficiência intelectual.

Entre as causas mais frequentes de deficiência intelectual estão as condições genéticas, que representam uma parcela significativa dos casos. Uma das condições genéticas mais comuns associadas à deficiência intelectual é a síndrome de Down, que ocorre devido a uma alteração no cromossomo 21. Essa alteração genética afeta o desenvolvimento físico e cognitivo da pessoa, resultando em

características físicas distintas e um funcionamento cognitivo variável, que pode incluir limitações intelectuais de leve a moderada (Balio & Leão, 2024).

Além da síndrome de Down, outras condições genéticas, como a síndrome do X frágil e a síndrome de Williams, também estão associadas à deficiência intelectual. Essas condições resultam de alterações específicas em determinados genes e podem afetar o funcionamento cognitivo, as habilidades sociais e o comportamento adaptativo das pessoas afetadas. Embora essas condições tenham causas genéticas distintas, todas elas podem resultar em desafios significativos no aprendizado e na vida cotidiana das pessoas com deficiência intelectual (Fonseca, 2021).

Sobrepondo as causas genéticas, lesões cerebrais durante o desenvolvimento pré-natal, perinatal ou pós-natal também podem levar à deficiência intelectual. Lesões pré-natais, como infecções virais durante a gestação ou exposição a substâncias tóxicas, podem interferir no desenvolvimento do cérebro do feto, resultando em comprometimentos cognitivos e funcionais. Lesões perinatais, como complicações durante o parto, também podem causar danos cerebrais que afetam o desenvolvimento cognitivo da criança. Lesões pós-natais, como traumatismos cranianos ou infecções graves, também podem levar a deficiências intelectuais, dependendo da gravidade e localização da lesão (Weirich, 2021).

Ademais, fatores socioeconômicos e ambientais também podem desempenhar um papel no desenvolvimento da deficiência intelectual. Por exemplo, a desnutrição durante a gestação, a exposição a substâncias tóxicas no ambiente e a falta de acesso a cuidados médicos adequados podem aumentar o risco de deficiência intelectual em algumas populações. Além disso, condições socioeconômicas desfavoráveis, como pobreza e falta de acesso à educação e serviços de saúde, também podem contribuir para o desenvolvimento de deficiências intelectuais em comunidades (Lima, 2021).

As características da deficiência intelectual podem variar amplamente de uma pessoa para outra, dependendo da causa específica, da gravidade da condição e de outros fatores individuais. Em geral, pessoas com deficiência intelectual podem apresentar limitações significativas no funcionamento intelectual, expressas por um QI abaixo da média, bem como dificuldades no comportamento adaptativo, que incluem habilidades conceituais, sociais e práticas. Essas dificuldades podem

impactar o desempenho acadêmico, a participação social e a autonomia das pessoas com deficiência intelectual em suas vidas diárias (Souza & Cruz, 2023).

Diante dessas características e desafios, é essencial reconhecer a importância da família no apoio ao desenvolvimento integral das pessoas com deficiência intelectual. A família desempenha um papel crucial na identificação precoce da condição, no acesso a serviços e suportes adequados e na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dessas pessoas. Além disso, a família é um componente essencial da equipe de apoio que colabora com profissionais da educação, saúde e assistência social para atender às necessidades individuais e maximizar o potencial das pessoas com deficiência intelectual (Souza & Cruz, 2023).

5. PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA-COMUNIDADE

A parceria entre família, escola e comunidade desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva para estudantes com deficiência intelectual. Essa colaboração entre diferentes atores é essencial para criar um ambiente de apoio e suporte que favoreça o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses estudantes. Ao trabalhar em conjunto, famílias, escolas e comunidades podem identificar necessidades específicas, implementar estratégias eficazes e promover uma cultura de inclusão que beneficie a todos os estudantes (Souza & Cruz, 2023).

A importância da parceria entre família, escola e comunidade reside na compreensão de que cada um desses atores desempenha um papel único e complementar no processo educacional. A família é a primeira e mais importante fonte de apoio para o estudante, proporcionando um ambiente de amor, segurança e estímulo para seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a escola é responsável por fornecer educação de qualidade e criar um ambiente inclusivo que promova o aprendizado e o crescimento de todos os estudantes. Por sua vez, a comunidade oferece recursos, suporte e oportunidades de engajamento que enriquecem a experiência educacional e promovem a integração social dos estudantes com deficiência intelectual (Lima, 2021).

A colaboração entre família, escola e comunidade pode se manifestar de diversas formas, incluindo reuniões de pais e professores, grupos de apoio, eventos educacionais e projetos comunitários. Essas iniciativas proporcionam oportunidades

para que os diferentes atores compartilhem informações, experiências e recursos, e trabalhem juntos na identificação e implementação de estratégias eficazes para apoiar os estudantes com deficiência intelectual. Ao promover uma cultura de colaboração e parceria, famílias, escolas e comunidades podem superar desafios, resolver problemas e alcançar melhores resultados para todos os estudantes (Mendes & Vilaronga, 2014).

É importante ressaltar que a parceria entre família, escola e comunidade não se limita apenas ao contexto educacional, mas também se estende para além dos muros da escola, envolvendo diferentes setores da sociedade. Por exemplo, empresas locais podem oferecer oportunidades de estágio ou emprego para estudantes com deficiência intelectual, promovendo sua integração no mercado de trabalho e contribuindo para sua independência e autonomia. Da mesma forma, organizações sem fins lucrativos e grupos de voluntários podem oferecer programas de lazer, esportes e atividades culturais adaptadas às necessidades desses estudantes, enriquecendo sua vida social e proporcionando oportunidades de aprendizado e crescimento (Weirich, 2021).

A parceria entre família, escola e comunidade também desempenha um papel importante na promoção da conscientização e da aceitação da diversidade. Ao trabalhar juntos para promover uma cultura de inclusão, os diferentes atores podem combater o preconceito, a discriminação e o estigma associados à deficiência intelectual, e promover uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora para todos. Por meio de programas de sensibilização, campanhas educativas e eventos comunitários, famílias, escolas e comunidades podem educar o público sobre as necessidades e capacidades dos estudantes com deficiência intelectual, e promover uma cultura de respeito, empatia e solidariedade (Balio & Leão, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da educação inclusiva para estudantes com deficiência intelectual requer o envolvimento e a colaboração de diversos atores, sendo a parceria entre família, escola e comunidade um elemento fundamental nesse processo. Ao longo deste trabalho, exploramos a importância dessa colaboração e seus impactos no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência intelectual.

Ficou evidente que a parceria entre família, escola e comunidade é essencial para criar um ambiente de apoio e suporte que favoreça o desenvolvimento integral desses estudantes. Através da colaboração entre esses diferentes atores, é possível identificar necessidades específicas, implementar estratégias eficazes e promover uma cultura de inclusão que beneficie a todos os estudantes.

Ao trabalhar em conjunto, famílias, escolas e comunidades podem superar desafios, resolver problemas e alcançar melhores resultados para todos os estudantes. Através de iniciativas como reuniões de pais e professores, grupos de apoio, eventos educacionais e projetos comunitários, é possível compartilhar informações, experiências e recursos, e trabalhar juntos na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Além disso, a parceria entre família, escola e comunidade não se limita apenas ao contexto educacional, mas se estende para além dos muros da escola, envolvendo diferentes setores da sociedade. Empresas locais, organizações sem fins lucrativos e grupos de voluntários podem oferecer oportunidades de estágio, emprego e atividades de lazer adaptadas às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual, promovendo sua integração social e sua participação ativa na comunidade.

Por fim, é importante ressaltar que a parceria entre família, escola e comunidade desempenha um papel crucial na promoção da conscientização e aceitação da diversidade. Ao trabalhar juntos para promover uma cultura de inclusão, esses diferentes atores podem combater o preconceito, a discriminação e o estigma associados à deficiência intelectual, e promover uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora para todos os seus membros.

Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar o papel da parceria entre família, escola e comunidade na promoção da educação inclusiva de estudantes com deficiência intelectual. Ao continuar investindo nessa colaboração e fortalecendo esses laços, podemos construir um futuro mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações.

REFERÊNCIAS

BALIO, C. L. A.; LEÃO, K. M. Um estudo teórico sobre o desafio da educação para o estudante com autismo. **Caderno de Diálogos**, v. 7, n. 1, 2024.

BRITO, J. S. H.; FONSECA, B. C. P.; SOUZA, T. C. Gestão pública na educação inclusiva de estudantes com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) no Rio de Janeiro (RJ). **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 4, p. e4764-e4764, 2024.,

FONSECA, K. A. **Formação de professores do atendimento educacional especializado (AEE):** inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Estadual do Tocantins.

FREIRE, L. F. F. **A aplicabilidade da educação inclusiva no Tocantins.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Tocantins.

GOMES, B. D. **Uma reflexão acerca das políticas educacionais inclusivas e os ordenamentos jurídicos criados no período de pandemia para atender na educação especial no estado do Tocantins.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Tocantins.

LIMA, A. G.; BARROS, R. L. **A arte e seu papel como promotora da inclusão de crianças com deficiência intelectual. Perspectivas Teóricas sobre Educação Especial e Inclusiva.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, R. S. A. **Criatividade nas práticas pedagógicas e inclusão escolar do estudante com transtorno do espectro autista-TEA:** revisão bibliográfica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LÔBO, Í. M. et al. O papel do psicólogo na promoção da inclusão escolar. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2024.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

SÁ, N. P. **Políticas educacionais para a educação de surdos no Brasil:** uma comparação baseada no ciclo de políticas. 2024. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Brasília.

SILVA, A. V. et al. Análise do filme “Simples como Amar” e a importância da rede de apoio às pessoas com deficiência cognitiva. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 1, p. 369-385, 2024.

SOARES, K. C. D.; SOARES, M. A. S. **Sistemas de ensino:** legislação e política educacional para a educação básica. Intersaberes: Curitiba, 2023.

SOUSA, V. O lúdico na formação infantil da pessoa com deficiência intelectual: desafios da educação inclusiva. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 49, 2021.

SOUZA, J. R.; MARTINS, M. F. A. Educação inclusiva de estudantes com TEA na pandemia: evidências e reflexões. **REGIT**, v. 19, n. 1, p. 147-156, 2023.

SOUZA, L. A.; CRUZ, D. F. M. Políticas educacionais inclusivas e pedagogia libertadora: a sintonia entre a criticidade e mudança. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 39, p. 138-149, 2023.

TIRADENTES, R. O. et al. **Políticas públicas educacionais inclusivas: a legitimidade da escolarização dos indivíduos com autismo nas escolas da SEDUC em Manaus**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas.

WEIRICH, N. R. **Trabalho colaborativo entre o professor de AEE e o professor de ciências na perspectiva de inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.